# Da submissão à solidariedade transferida: políticas de pertencimento e violência na psicanálise – a questão de gênero

Clarice Pimentel Paulon
Psicóloga, psicanalista, especialista em gestão em saúde pública pela Unicamp e mestre e doutora pela USP. Professora credenciada do programa de pós-graduação em Educação Sexual da Unesp, membra da Coletiva Psicanalista Trabalha (CPT) e da Coletiva Bertha.
Araraquara, Brasil
claricepp@gmail.com

Luana Gonçalves dos Santos
Psicóloga, psicanalista, membra da Coletiva Psicanalista Trabalha (CPT) e da Coletiva Bertha.
São Paulo, Brasil
luanagsantos.psi@gmail.com

**Resumo**

Este ensaio se propõe a refletir sobre um acontecimento histórico utilizando-o para pensar operadores clínicos na psicanálise. O acontecimento teve início em dezembro de 2025 na Argentina a partir do rechaço a uma fala pública de um professor e psicanalista sobre relações de cunho sexual com alunas e pacientes. No Brasil teve como efeito a fundação de uma coletiva que tem se proposto a politizar o debate sobre gênero na psicanálise. Iremos analisá-lo em suas dimensões: histórica, clínica e epistemológica, e utilizaremos esses eixos como operadores para reformular o posicionamento da/o analista sobre as violências de gênero, implicando aí o discurso sobre a psicanálise e seus efeitos. Essa leitura feminista, metodologicamente inspirada em Haraway (1988/1995) pode contribuir para uma leitura crítica da psicanálise e seu exercício clínico reposicionando-a para que ela seja além de uma teoria *feminista manquée* (Rubin, 1975/2017), seja uma clínica implicada nos efeitos da desigualdade de gênero.

**Palavras-chave:** violência de gênero, clínica psicanalítica, feminismo, política, transferência.

**Abstract**

This essay aims to reflect on a historical event, using it to consider clinical operators within psychoanalysis. The event began in Argentina in December 2025, sparked by the rejection of public remarks made by a professor and psychoanalyst regarding sexual relations with students and patients. In Brazil, it led to the founding of a collective dedicated to politicizing the debate on gender within psychoanalysis. We will analyze the event across its historical, clinical, and epistemological dimensions, using these axes as operators to reformulate the analyst's stance on gender-based violence—thereby implicating the discourse of psychoanalysis and its effects. This feminist reading, methodologically inspired by Haraway (1988/1995), can contribute to a critical understanding of psychoanalysis and its clinical practice, repositioning the field so that—moving beyond the status of a feminist theory *manquée* (Rubin, 1975/2017)—it becomes a clinical practice engaged with the effects of gender inequality.

**Keywords:** gender-based violence, psychoanalytic clinic, feminism, politics, transference.

## Introdução

### Da sensibilidade a ação: o acontecimento e suas implicações

Existem muitas formas de iniciar uma conversa sobre um tópico delicado. Algumas delas incluem apresentar a situação, dizer onde (no tempo e no espaço) a questão se tornou sensível e vulnerabilizou alguém, construir uma espécie de fio que conecte o dizer com uma possível ação, seja ela de testemunho, de reparação ou do estabelecimento de uma certa "*reciprocidade discursiva*". Existem também muitas formas de encerrar uma conversa sobre um tópico delicado. Algumas delas podem passar por elaboração e retificação – subjetiva, social, política – podemos então dizer, em termos lacanianos, *concluir* (Lacan, 1945/1988) uma conversa. Outras podem construir formas de aniquilação do outro ou da alteridade de modo peremptório.

A "psicanálise", entendida aqui em seu aspecto ideológico de massificação, que se construiria a partir de um afastamento da materialidade que a compõe, se posiciona

no lugar da aniquilação, e, para nós, analistas, isso parece uma contradição clínica – como um trabalho, que se coloca como função radicalizar a alteridade, a aniquila no interior de seu próprio campo? O antídoto para tal alienação aqui proposto é retomar a posição da analista a partir do trabalho que é feito em análise. Frequentemente ouvimos um dito, repetido a ponto de atingir consistência de verdade: o de que o "o trabalho em uma análise é o trabalho do/a analisante" (sic). Certo, o/a analisante realmente trabalha em uma análise, mas isso em que se trabalha é algo posto em pauta por um sujeito emergente a partir da escuta da/o analista, em transferência: a análise se constituiria então de uma dupla vertente de trabalhos: o trabalho de retificação - feito pelo/a analisante e o trabalho de direção da análise - feito pela analista. Para averiguar as condições de efetivação da análise, é preciso posicioná-la nesta dupla vertente.

Deste modo, posicionar-se de modo assertivo logo de início pode ser uma estratégia clínica de direcionamento do trabalho. Essa estratégia pode levantar barreiras e fazer emergir defesas, o que produz um diálogo pouco profícuo, mas também possibilita a localização, em transferência, de tais defesas o que se torna uma forma bastante eficiente de escutar algumas respostas afirmativas pela via da negação tal qual o enunciado do texto freudiano *"sonhei com uma mulher, não era minha mãe"* (Freud, 1925/2011) e ao que essa inversão pode remeter.

Vamos então com alguma paciência com o campo minado. Estamos em um tópico sensível tal qual uma bomba e não tal qual a *suposta feminilidade masoquista* (Freud, 1924/2011). Gostaríamos de apresentar a construção desta posição ideológica de certa psicanálise a partir de três pontos. Eles não são sequenciais ou cronológicos, são mais sincrônicos e estabelecem sentido de forma interpolada. Se faz necessária uma escolha para construir uma direção. Essa escolha será pautada aqui pela materialidade da primeira, que compõe com as duas outras: iniciaremos com a história. Os outros dois eixos são a clínica e a epistemologia. Todos eles incluem uma quarta dimensão que as transpassa  tal como o *sinthome* (Lacan, 1975-1976/2007) no RSI: *a política*. Vamos a eles.

## Da história I: registro dos fatos e materialidade epistêmica

07 de março de 2026. Sábado, 10h da manhã, vésperas do 8M – o dia mundial da mulher trabalhadora – transformado no capitalismo em "Dia da mulher". O dia em que diversas mulheres, em 1917, na Rússia, através de uma greve, protestaram contra a fome e contra a Primeira Guerra Mundial – um dos estopins da revolução russa. Um dia que ficou conhecido pela força de mulheres operárias que, ao redor do mundo, ao longo dos anos, lutaram por melhores condições de trabalho, equidade salarial e de jornada de trabalho, pelo sufrágio universal e pela igualdade de direitos.

Na semana que antecede o 08 de março de 2026, denúncias começaram a ser postadas no Instagram em vídeos e listas começaram a circular pelo whatsapp de algumas e alguns analistas. A partir de uma das primeiras denúncias que teve amplo alcance (em que uma psicanalista relatava ter sido retirada da instituição em que trabalhava após ter feito uma denúncia de assédio), outros relatos vieram à tona e foram criadas e transmitidas algumas listas de analistas "*red-flags*", ou "analistas-tóxicos". Essas listas não discriminavam os tipos de violência experienciadas nem traziam informações sobre as denúncias, mas tinham a intenção de proteger futuras analisantes e analistas que pudessem vir a trabalhar com pessoas consideradas perigosas. A retaliação veio em diferentes formas, dentre elas uma série de textos compartilhados em grupos de WhatsApp, alguns de caráter anônimo, que tentavam desqualificar as denúncias e as denunciantes apresentando uma proposição de defesa da necessidade de tutela da psicanálise, que estaria em "mãos feministas".

O movimento que antecede o 8M, foi um movimento semelhante ao que havia ocorrido no final do ano anterior na Argentina, capitaneado pela *RedFedPsi* (Red Federal de Psicologas y Psicoanalistas contra los Abusos y las Violencias Machistas) que teve início com a denúncia do psicanalista e professor Javier Pérez, que, em veículo público, afirmou não haver impedimento moral para encontros sexuais entre analisantes e analistas e entre professor e aluna. Seu pronunciamento causou comoção em alunas, analisantes e ex-analisantes que trouxeram à tona cenas de assédio e importunação sexual na clínica e em sala de aula.

A partir dessa ebulição que se efervescia na psicanálise da América Latina, em conjunção com o momento histórico que se expande para além dos muros da psicanálise, ou seja, – a proximidade do 8M – e seu contexto vivencial no Brasil: o aumento da publicização das estatísticas de feminicídio[1], juntamente com o debate sobre a ineficiência das medidas protetivas da Lei Maria da Penha, e a necessidade de se pensar essas questões juridicamente para fora da exclusividade do *campo doméstico*, se torna público um chamamento, realizado por algumas analistas vinculadas à Coletiva Psicanalista Trabalha (CPT): *" Reunião Ampliada: assédio e gênero no campo psicanalítico". 10h. Via link do meet.* A CPT é uma coletiva que tem se aprofundado nas questões relacionadas à categoria trabalho na prática analítica; propriedade frequentemente ignorada, quando não francamente expulsa das análises sobre o campo no Brasil. Ressaltamos a importância desse aspecto pois no que diz respeito às denúncias de assédio e violência de gênero *no campo psicanalítico*, estamos falando de denúncias que não ocorrem no eco, no vazio ou no espaço abstrato da epistemologia psicanalítica, mas que se realizam em ato na esfera do trabalho (que é onde as relações entre psicanalistas se dão, sejam elas entre analistas e analisantes, analistas e supervisores ou entre colegas analistas que disputam espaços e posições de prestígio social).

A proposta da reunião vinha de algumas questões, debatidas previamente pelas organizadoras. Todas se articulavam ao redor das condições de possibilidade de algumas formulações. É possível: (1). politizar o debate sobre assédio no campo? (2). que a questão do assédio saia do reduto do boato? (3). debater publicamente o que acontece no interior da clínica? (4). rever conceitos à luz de uma diferença de gênero que não seja suposta na desigualdade social generificada? Afinal, é possível, no interior do campo psicanalítico, não aniquilar a diferença?

[1] Podemos ver alguns desses dados em: CNNBrasil 2026: Brasil bate recorde de feminicídio pelo quarto ano seguido: https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/brasil/brasil-bate-recorde-de-feminicidios-pelo-quarto-ano-seguido/;A Verdade: Brasil registra recordes de feminicídio e mulheres vão as ruas: https://averdade.org.br/2026/02/brasil-registra-recorde-de-feminicidios-e-mulheres-vao-as-ruas/

O movimento, nomeado equivocadamente como "Me too da psicanálise"[2] nasce dessa conjuntura. Em um primeiro grande momento tivemos nossa reunião, com 350 pessoas online respeitando organizadamente a proposta de coordenação do espaço, os tempos estabelecidos para cada momento dela, e suas propostas de encaminhamento sendo pensadas coletivamente: a criação de um grupo para pensar sistematicamente esse processo através de grupos de trabalho: teóricos, de acolhimento, institucionais, de paridade de gênero. Como todo movimento disruptivo, após um tempo, ele se reduz, desinflama e continua encontrando seu fluxo, realizando atividades, reunindo pessoas e trabalhando em torno do tema. Esse grupo foi recém batizado, em julho de 2026 de *Coletiva Bertha,* em homenagem a Bertha Papenheim – a famosa Anna O., para que ela seja vista para além de "primeira paciente da psicanálise, inventora da *talking-cure*, da 'limpeza de chaminé'", mas também por ter sido sufragista, ativista pelo direito das mulheres, tendo financiado, por exemplo, instituições de amparo a mulheres em situação de vulnerabilidade. Bertha, além de apresentar fenômenos histéricos em um momento de luto que tornaria sua história irreversível – ela nunca poderia, afinal, cursar matemática – era, então, uma mulher insubmissa e em luto pela percepção real do fim de sua liberdade devido a morte do pai. Um luto fundador da psicanálise.

Ao longo dos anos, na construção da psicanálise como ciência e como método clínico, Bertha foi vista como uma grande "produtora" de fenômenos histéricos. Seus fenômenos são ditos repetidamente em cursos de graduação de psicologia, de pós-

[2] Parece-nos que houve, a princípio, diversas iniciativas diferentes para lidar com as denúncias, algumas delas talvez tomem para si a designação de Me too da psicanálise (TV 247 2026a, 2026b), mas nos referimos aqui, sobretudo, à matéria do Metrópole (Ligabue, 2026), que dizia respeito à nossa organização, a Coletiva Bertha. O movimento Me Too, a partir das denúncias de celebridades estadunidenses a figuras de grande relevância midiática, teve ampla repercussão e contribuiu para que muitas mulheres se sentissem seguras para partilhar experiências de abuso, quebrarem o silêncio e não se sentirem sozinhas. Porém, teve como foco de ação a individualização de "homens abusadores" específicos, organizando linchamentos virtuais visando a destruição da imagem pública das pessoas denunciadas. Deixa-se frequentemente de lado, porém, a estrutura na qual a opressão de gênero é construída no capitalismo, entrelaçada às relações de propriedade às formas de organização do trabalho (incluindo trabalho reprodutivo). Punir alguns indivíduos é uma estratégia que não causa nenhuma mudança real nessa estrutura, e nem mesmo a questiona. Além disso, no Brasil, tivemos iniciativas anteriores que produziam o mesmo efeito de testemunho do que o Me Too, como o #MeuPrimeiroAssédio, em 2015, ou ainda o #MexeuComUmaMexeuComTodas, influenciado pelo Ni Una Menos na Argentina.

graduação em psicanálise e de formação nas Escolas. Chama a atenção que o foco dessa transmissão seja a produção efusiva de sintomas e não os limites do método naquele momento, desassociados da história, se construindo através de leis de causalidade contextuais: cenas que remetem à nojo e a vergonha, constantemente afastadas da consciência, que não eram remetidas a história ou mesmo a estrutura que as sustentavam e por isso "saíam da frente" com outras e novas cenas vindo a ocupar o primeiro assento. Limpava-se a chaminé para sujá-la novamente e mais uma vez. Será que se seu desejo e sua impossibilidade tivessem sido questionados, a chaminé se sujaria novamente? A submissão que dominou Bertha e sua história não foi questionada, mas seus fenômenos histéricos foram vistos com enorme interesse. Lembremos que, após encerrar seu tratamento malgradouro com Breuer e fundar a Frauenbund, Bertha famosamente disse: "enquanto eu viver, a psicanálise não vai penetrar nas minhas instituições" (Guttmann, 2001, p. 120 apud Pardini, 2011, p. 108), em uma demonstração da falta de apreço que retinha dos efeitos desta prática em sua vida e seus sintomas.

É através da análise de Bertha que tivemos a nomeação da "*double-conscience*", dos "estados hipnóticos", os termos "avós" do conceito de inconsciente: nomeações de contexto, desatentas da história e da estrutura, que vieram à posteriori. O livro que marca a fundação do que viria a ser a psicanálise, "Estudos sobre a histeria" (Freud; Breuer, 1893/2016) que contém, entre os casos clínicos, o caso de Anna O.; apresenta, em seu texto de abertura, a seguinte hipótese sociológica e clínica para a produção desses sintomas: "Nada temos de novo a dizer sobre a origem dos estados hipnoides predisponentes. Acreditamos que muitas vezes se desenvolvem a partir de devaneios ou "sonhos diurnos", tão frequentes mesmo em pessoas sadias, e para os quais *os trabalhos manuais femininos*, por exemplo, oferecem tanta ocasião. (p. 32).

Vemos, então, já nas primeiras produções psicanalíticas a correlação entre trabalhos "tipicamente" femininos e produção de determinados sintomas. São trabalhos que "não exigiriam esforço intelectual" ou "atenção", trabalhos manuais, associados a uma rotina doméstica, privada, e vinculados à esfera do trabalho reprodutivo – o que, em termos marxistas quer dizer: os trabalhos de cuidado e

reprodução da vida humana, que não geram lucro diretamente, mas que são condição para que os trabalhos produtivos – que geram lucro, que são públicos, que se ligam ativamente a produção de mercadoria – possam existir (Federici, 2004/2023). O trabalho "feminino", esse trabalho "distraído" favoreceria os "estados hipnóticos", já que não exigiria o uso de determinada racionalidade. Claramente Freud não estava atento ao nível de atenção que um trabalho reprodutivo exige e é interessante observar que anteriormente a centralidade que a sexualidade assumirá na teoria, Freud relacionará os sintomas neuróticos a determinadas condições, como o trabalho (Politzer, 1928/2022). Nas mulheres talvez sexualidade e trabalho tenham permanecido subrepticiamente conectados.

Este *trabalho feminino* é ligado a aspectos que seriam naturais de uma determinada essência ou posição feminina. Segundo algumas autoras, esse aspecto o torna genitalizado, sexualizado (Rubin, 1975/2017; Saffioti, 1969/2013; Martins, 2023), dado que são trabalhos tipicamente ligados a um exercício "natural" da feminilidade, exercício esse ligado a uma espécie de servidão advinda de uma necessária submissão a uma ordem que ela, mulher, não conseguiria entender plenamente. Deste modo, uma mulher nunca se separa da sua sexualidade e é a partir da relação com esse campo que ela será interpretada. A mulher "selvagem", "indomável", "fálica" em oposição àquela que "seduz passivamente" um homem, ficando seu desejo a reboque e à mercê do desejo do Outro, como que capturado, submisso, é vasto na literatura psicanalítica. Martins (2023), por exemplo, ao estudar o discurso sobre a lesbianidade nos primeiros psicanalistas, afirma que um dos casos clínicos mais conhecidos de Freud, o caso Dora, reflete a influência da época da literatura e arte antifeministas que representavam as mulheres como seres sexualizados e dominados pelos instintos (Decker, 1991, apud Martins, 2023). Uma das representações mitológicas que circulava na época era a ninfa, "criaturas femininas e passivamente sexuais", representação da qual derivou-se, por exemplo, o diagnóstico de ninfomania (Martins, 2023). Psicopatologia e representações culturais caminharam juntas, entrelaçadas na moralização da sexualidade feminina da época.

Essa construção de uma certa feminilidade sexualmente apassivada também atravessará a psicanálise. Podemos pensar em textos freudianos que corroboram essa perspectiva como: A feminilidade (1933), O tabu da virgindade (1918) e Sobre o problema econômico do masoquismo (1924), para citar alguns. Já em Lacan a conceituação sobre a mística do gozo feminino (1972-1973) e a solução do "não-todismo" também deixa algumas pistas do lugar misterioso da mulher, relegado a essa posição a incompletude que, devido a esse mistério e sua constituição, podem ser falicamente manipuladas para que se tornem dotadas de significação.

É devido a essa configuração epistêmica que autoras como Jacob (2026) nos apresentam que há uma construção na psicanálise que naturalizou certo tipo de postura feminina e masculina, que, para além da teorização desses aspectos, produziu a reprodução de violências de gênero no interior da clínica psicanalítica que se voltaria a uma ortopedia de subjetividades. Compreende-se que o desejo da mulher, sua sexualidade, precisam ser recortados, domesticados, mistificados, para fins civilizatórios. Essa domesticação da feminilidade se dá por certos cabrestos "teóricos", ou seja, pelo uso ideológico de determinados conceitos - produzindo a sua estagnação (Althusser, 1970/2022) – para justificar a universalização de alguns posicionamentos relacionados à feminilidade. Podemos dizer, por exemplo, que o desejo é o desejo do Outro para todas/os/es (Lacan, 1964). Mas o Outro da mulher, nas condições que a psicanálise se institui material e culturalmente, é o homem. E o Outro do homem é Deus. É a política. São as instituições. O Outro da mulher a localiza em um ambiente doméstico, privado, o Outro do homem o coloca em circulação no público. Tais outridades produzem materialmente posições distintas em torno da submissão e da solidariedade, formas de laço social que podem ser entrevistas nos processos de trabalho e que aparecem, na clínica, pela via da transferência.

## Da história II: Registro dos fatos e materialidade do trabalho

Temos então uma breve história de como alguns conceitos psicanalíticos importantes para se pensar manejos e operadores clínicos constituíram-se e se

compuseram com a cultura e a materialidade de uma época. Vamos agora à história e ao campo da psicanálise como um trabalho. Sabemos que, na história da psicanálise, as mulheres adentraram, inicialmente, como pacientes. Fomos as pacientes "*princeps*" da psicanálise. Porém, o que fica encoberto no campo são as resistências à entrada de mulheres como analistas, ou seja, como trabalhadoras na área e não como pacientes. Martins (2023) evidencia essa resistência a partir das atas daquela que viria a ser a primeira Sociedade de Psicanálise, escritas desde o momento em que as reuniões eram realizadas na Berggasse n. 19, às quartas-feiras após o jantar, entre charutos, chás e biscoitos. Segundo a pesquisadora (Martins, 2023), foram necessários 08 anos de reuniões, a fundação de uma instituição e a insistência de dois analistas-socialistas, Paul Federn e Alfred Adler, à época presidente da Sociedade Psicanalítica de Viena, para que o nome da primeira candidata a analista fosse aprovado na então já nomeada Sociedade. A admissão dessa primeira candidata, Margarete Hilferding, foi definida após consolidação de nova relação entre membros, mais institucionalizada, e encontrou resistência em membros como Wittels e Sadger que defendiam que mulheres não poderiam exercer profissões como medicina, dado que não conseguiriam obter o respeito dos demais colegas, bem como não teriam capacidade para assumir a postura exigida por essa ciência (Martins, 2023).

Margarete Hilferding era médica, judia, camarada de partido do partido social-democrata austríaco de Paul Federn e Alfred Adler, mãe de dois filhos. Participou das reuniões da Sociedade Psicanalítica de Viena até o rompimento de Freud com Adler. Foi morta ao lado de seus dois filhos em um campo de concentração, em 1939 (Martins, 2023, p.298). Sua primeira conferência na sociedade, "Sobre as bases do amor materno" questionava o mito do amor incondicional da mãe, afirmando que este amor não é inato (Nunberg; Federn, 1974, apud Martins, 2023, p.300) e foi alvo de críticas e descrédito dos analistas presentes:

> Ao se valer de concepções psicanalíticas para defender a inexistência do instinto materno, Hilferding provocou indignação entre os presentes e a afirmação no final de sua conferência de que "em certo sentido, foi mal compreendida" (Nunberg; Federn, 1974, p. 125, tradução nossa) indica como a plateia masculina teve dificuldades de

> escutá-la, não somente por ela ser mulher, mas pelo caráter das ideias que ousou defender. (Martins, 2023, p.301)

Após Margarete Hilferding outras analistas apareceram e participaram de reuniões como Tatiana Rosenthal, Lou Andreas-Salomé e Sabina Spielrein. Algumas delas, desde o início, questionaram conceitos que se construíam sobre a temática da feminilidade, da sexualidade feminina e da maternidade. Esse dado histórico é importante porque nos evidencia que desde o momento da construção das bases desses aspectos teóricos já havia contrapontos significativos, não levados em consideração, apagados dos principais livros sobre o tema ou não colocados em relevo suficientemente. Questionar a feminilidade masoquista instituída por Freud e a centralidade da maternidade na psique feminina não é algo novo, mas que se repete, reiteradamente, como um sintoma de algo não-dito, não elaborado, não retificado, correndo as margens da teoria tal como os sintomas que acometiam Bertha (uma cena após a outra, e então outra), resultado de suas atividades femininas...*ainda vemos a insubmissão feminina como causa última do fenômeno histérico?*

A resistência em aceitar mulheres como analistas, ou seja, como pessoas que se apropriam e constroem a teoria a partir de sua experiência de trabalho e não como analisantes que "sofrem" os efeitos das teorizações em seus corpos talvez fosse conceber que mulheres não estão diretamente associadas a trabalhos reprodutivos e que o típico da feminilidade não residiria no âmbito doméstico e na exclusividade da lógica de cuidado. Este posicionamento significaria colocar em xeque e retificar categorias previamente construídas, ou seja, criticar analiticamente a forma como determinados conceitos são utilizados. O que veremos, portanto, na construção da psicanálise como um trabalho instituído é que a divisão sociossexual do trabalho a atinge de forma peculiar. Tragamos rapidamente o Brasil como um exemplo.

A psicanálise já chega ao Brasil em um momento em que está mais instituída e institucionalizada: a IPA - Associação Psicanalítica Internacional já existia havia, pelo menos, 10 anos. Inicialmente, portanto, reproduziu-se uma certa padronagem da divisão sociossexual do trabalho já estabelecida no interior do próprio campo: homens,

todos psiquiatras, construindo um laço discursivo para a profusão do campo da psicanálise imiscuído ao campo da saúde mental – e este atrelado ao higienismo: uma especificidade brasileira – mulheres psiquiatras, porém não todas elas – lembremo-nos do célebre caso de Virgínia Bicudo, socióloga de formação e carreira, voltadas a área de educação, em especial a educação sexual e a primeira infância (Oliveira, 2002). A padronagem repete a divisão entre psicanálise com crianças (mulheres), psicanálise com adultos (homens), chefes de escola (homens), coordenadoras de redes clínicas (mulheres) e ainda permanece, muitas vezes com outras roupagens: homens epistemólogos, ligados ao espaço público, mulheres clínicas, ligadas ao espaço doméstico/privado. Quase uma reprodução do que no marxismo nomeamos como trabalho produtivo e reprodutivo, sendo este último o trabalho de cuidado, invisibilizado no espaço público.

A repetição histórica tem o poder de naturalizar posições, fazendo com que elas pareçam estáticas e sempre "já-lá". Efeito da ideologia e da forma como organizamos nossa relação com a cultura. A entrada das mulheres na psicanálise pela porta da frente dos consultórios faz com que elas ocupem ainda, os meios de produção perscrutadas com olhares de desconfiança que supõe que exista uma particularidade do olhar feminino (em contraposição ao universal olhar masculino) no mais otimista dos casos, no mais pessimista, um viés dominado pelo sintoma ou por sua sexualidade indeterminada. A diferença sexual é entendida pela via da desigualdade e como afirma Gayle Rubin em seu famoso "O tráfico de mulheres" (1975/2017): a psicanálise se apresenta, fundamentalmente, como uma teoria sobre a produção ou aquisição do gênero, sendo a teoria que explica como as regras do sistema sexo/gênero, estipuladas pelas formas de organização da sociedade (via parentesco e organização econômica) adentram a esfera psíquica. Segundo a autora: "a psicanálise dá uma descrição do mecanismo pelo qual os sexos são divididos e alterados, de como as crianças andróginas, bissexuais, são transformadas em meninos e meninas. A psicanálise é uma teoria feminista *manquée*" (p. 68), ou seja, a psicanálise nos evidencia a forma como uma sociedade se organiza para submeter determinado grupo social, instaurando no psiquismo uma justificativa para tal submissão. É interessante observar que Rubin usa,

para nomear a psicanálise o termo francês *manquée*, ou seja, faltante – que, em bom português brasileiro podemos renomear como *mequetrefe*. Mequetrefe porque, apesar de ter o potencial de justamente desvelar o que esses processos são e qual o propósito deles, muitas vezes ela é utilizada para reafirmá-los. Inclusive na divisão sociossexual do trabalho que organiza o próprio campo.

É claro que a condição, isoladamente, não gera instantaneamente uma consciência mais crítica ou elevada, e é plenamente possível que mulheres tenham posicionamentos sexistas e opressores (talvez seja difícil sair completamente disso, considerando a forma como fomos inseridas no sistema simbólico). A vantagem do ponto de vista daqueles atingidos pelos marcadores sociais discriminados é *potencial e coletiva* a partir da articulação entre teoria, prática e organização (Gramsci, 1933/2024). Como adverte Haraway (1988/1995), as posições dos subjugados não estão isentas de crítica, elas indicam pontos de vistas mais abrangentes justamente porque exigem, para se sustentar, o trabalho crítico que as posições de privilégio dispensam. Tanto Lacan (1988) quanto Gramsci (1933/2024) nos indicam que uma consciência contraditória é perfeitamente possível: como sujeitos de linguagem, estamos inseridos em um mundo que nos antecede e o transformamos, mas sem uma elaboração crítica, essa transformação não se realiza em um "vir a ser histórico" (para Gramsci) ou em uma ética do desejo (para Lacan, 1959-1960/1988). Por isso é tão importante estarmos atentas e advertidas quanto aos essencialismos advindos de posições que canonizam aparências essencializadas de fenômenos complexos. Essas posições canonizadas aparecem como uma característica do que Fraser (2018) denomina como neoliberalismo progressista, em que o foco na dimensão do reconhecimento é usado para encobrir a falta de solidariedade entre os explorados e a necessidade de redistribuição material.

Se entendemos o sujeito como emergente da falta ontológica constitutiva dos seres humanos, é preciso compreender quais são as formas de organizar o mundo, o trabalho, a linguagem e as relações que criamos a partir dessa falta. A psicanálise poderia ser usada como ferramenta para desmascarar ideias fetichistas (no sentido de abstrações reificadas) de "como as coisas são", em especial no que tange às relações de

gênero. No entanto, os psicanalistas frequentemente se conformam em descrever como as dinâmicas funcionam, sem buscar romper com elas. Na famigerada metáfora benjaminiana do jogo de xadrez, Benjamin (1940/2020) nos apresenta um autômato que nunca perde uma partida, todos acham que ele funciona sozinho e ganha porque foi construído para ganhar; mas o autômato é controlado por dentro por uma figura corcunda (que na metáfora representa a ideologia). Para nós, é como se a psicanálise apontasse incessantemente para o caráter artificial do autômato enquanto continua submetendo-se às regras impostas pela figura corcunda – já que o custo dos peões perdidos facilita a manter sua posição no jogo.

Vejamos como essas questões podem ser repensadas com nossas ferramentas de trabalho na clínica.

## As ferramentas de trabalho na clínica:

Temos então uma relação entre "a psicanálise" e as mulheres que se inicia com a primeira sendo uma terapêutica fundada na escuta de mulheres sobre sua vida e suas relações no final do século XIX. Uma ferramenta que se propõe a produzir um saber universal tendo como ponto de partida a escuta de um gênero determinado e que, ao longo da teoria, para que se universalizasse de forma hegemônica, produz e aprofunda diferenciações teóricas que evidenciam os efeitos das desigualdades de gênero entre homens e mulheres (Rubin, 1975). A universalidade do falo como marcador dos processos de subjetivação é um dos principais aspectos dessa divisão.

Vimos, pela história, que uma das hipóteses que diferencia homens e mulheres quanto a produção de sintomas são suas atividades cotidianas – sendo a da mulher ligada à esfera do trabalho reprodutivo. Esse é um dos impasses que também atuam como justificativa para a resistência a entrada de mulheres como analistas na Sociedade Psicanalítica de Viena e é, indo mais além, a forma natural como se estabelece a divisão sociossexual do trabalho no campo e que faz com que as desigualdades de gênero não só se manifestem no interior do campo, como também possam ser reforçadas e endossadas teórica e clinicamente.

Na clínica essa desigualdade atua principalmente no que tange aos manejos da transferência. Como afirma Rita Segato (2003/2025):

> A posição ambivalente da mulher como um termo que participa desse ciclo, dessa economia simbólica, mas que também se atualiza constantemente como sujeito social e psíquico diferenciado, capaz de autonomia, faz com que uma parte dela se adapte a posição atribuída, mesmo que permaneça um resto, que não cabe inteiramente em seu papel dentro da ordem do status, um algo a mais, um agenciamento livre, um desejo outro que não é o da submissão. *A mulher, nesse sentido, é uma posição híbrida, um anfíbio da ordem do status e da ordem do contrato, com uma dupla inserção no sistema total de relações.* (p. 145 – itálicos nossos)

A mulher tem uma dupla inserção no sistema total de relações, é um anfíbio, meio sujeito, meio objeto, e essa ambivalência incidirá diretamente no modo como a transferência e as "expectativas" de eficácia e eficiência do tratamento atuarão sobre o/a analista quando da condução do tratamento. Se, para todos/as/es o desejo é o desejo do Outro, mas se o Outro se diferencia a depender de qual o gênero do sujeito que está diante de nós, as possibilidades de retificação subjetiva são diferentes no que diz respeito aos aspectos alteritários que se sobressaem na escuta do/a/e analista e que o fazem identificar o desejo e a singularidade do caso. Esse aspecto se evidencia principalmente se levarmos em consideração uma certa leitura colonialista da constituição do sujeito, segundo a qual este, na sua entrada no simbólico, *se submete* a uma lei, o que é diferente de *conquistá-la* (Obeyesekere, 1996).

O desejo da mulher, nesse caso, seria um desejo de submissão ligado a primazia do falo? Se essa construção ideológica invade nossa escuta clínica, tendemos a manejar transferências subservientes, voltadas a concepção de que mulheres devem posicionar-se como propriedades, tendo suas sexualidades recortadas a partir da primazia do que lhes falta. Mesmo em discursos entendidos marcadamente como progressistas, como o famoso: "meu corpo, minhas regras", por exemplo, podem ser enunciados que façam parte da construção de uma concepção de feminilidade ligada a propriedade e do entendimento de uma relação de objeto passivamente desejante, e

não de um sujeito. Temos então marcações de retificação pautadas em relação com a subserviência: desejar, como mulher, é apassivar-se diante do Outro.

Soma-se a essa posição estruturante as condições de produção da transferência. Como sabemos, ela é baseada em como os afetos discursivamente se estruturam nas posições intra-familiares: pais, mães irmãos – dado que são nossos primeiros laços afetivos que tenderiam a organizar psiquicamente nossa circulação social no mundo. Se a transferência é a análise dessas relações estruturantes e sendo essas relações estruturantes - a família - um dos lugares de maior opressão das mulheres, sendo o berço e a sustentação do trabalho reprodutivo (Engels, 1884/2019, Rubin, 1975/2017, Safiotti, 1969/2013, Federici, 2004/2023), ela não nos apresentaria, de forma demarcada um certo vigor dessa violência e de sua necessária submissão? A transferência demarcaria, na generificação do laço social, posições de violência e resistência, a partir da posição anfíbia da mulher na ordem do status tão como prenunciou Segato (2003/2025).

Para que possamos fornecer antídoto a tal reificação, podemos pensar a transferência não exatamente em seu sentido usual - do/a analisante para o/a analista, mas, na direção diametralmente oposta de sua estrutura: o da constituição do suposto saber do/a analista para o/a analisante. Talvez, deste modo, possamos organizá-la a partir de uma estrutura que possa ser a-generificada, evidenciando, portanto, o processo violento da constituição do vínculo reforçado na divisão sociossexual do trabalho. Tal condição poderia possibilitar aos/as analistas escutarem melhor as lógicas de submissão e solidariedade que se organizam para além da estrutura intra-familiar. Essa possibilidade seria a de interpretar a transferência a partir da *camaradagem*.

Dean, em "Camarada: um ensaio sobre pertencimento político" (2021), apresenta a camaradagem como um laço social. Esse laço, distintamente dos laços de amizade – construídos por afinidades – e familiares – construídos pelas relações de cuidado e econômicas, se organiza enquanto laço devido ao compartilhamento de um horizonte político comum. Diz a socióloga:

> [...] 1)"camarada" dá nome a uma relação caracterizada por uma *condição comum,* pela igualdade e pela solidariedade (uma relação

> que, no entendimento dos comunistas, rompe com as determinações da sociedade capitalista); 2) *qualquer um, mas nem todo mundo* pode ser camarada; 3) o indivíduo (como lócus de identidade) é o "Outro" do camarada; 4) a relação entre camaradas é mediada pela *fidelidade a uma verdade;* as práticas de camaradagem materializam essa fidelidade, construindo essa sua verdade no mundo. (Dean, 2021, p. 16, itálicos nossos).

E, um pouco mais adiante:

> Etimologicamente, "camarada" deriva de camera, palavra latina que designa quarto, câmara ou abóboda. A conotação técnica de "abóboda" *qualifica uma função genérica, a estrutura que produz determinado espaço específico e o mantém aberto*. Uma câmara ou uma sala é uma estrutura repetível cuja forma produz uma parte interna separada de uma externa e fornece um teto, uma cobertura com apoios, para aquele que estiverem sob ela. [...] A camaradagem é uma relação política de cobertura com apoios. (Dean, 2021, p.21, itálicos nossos).

A camaradagem caracteriza-se por uma condição comum – pelo estabelecimento de uma reciprocidade que se organiza arbitrariamente, na ideia de um "qualquer um, porém não todos" podem ser camaradas. Essa reciprocidade é o efeito daquilo que tem início na instauração da lei da cultura: um "toma lá dá cá" de direitos e deveres, instituindo assim a relação do humano na coletividade (Pellegrino, 1983). A camaradagem, ainda, se alteriza com a noção de indivíduo, produzindo outros *lócus* para a sustentação do desejo, da verdade e, por que não, também do gozo – que não o individualizante. A autora (Dean, 2021) também apresenta a relação entre camaradas como um chamamento para a responsabilidade política, alternando-se entre ideal de eu e eu ideal. A camaradagem é uma construção que permitiria um horizonte para os desejos individuais compondo com as necessidades coletivas e se sustentaria em uma certa reciprocidade de trocas, de desejos, sustentadas pela política.

Há ainda a formulação de Dean de que o camarada "qualifica uma função genérica que mantém um espaço específico em aberto". Essa formulação é interessante para se pensar a transferência na medida em que "manter o espaço

aberto" e "estabelecer uma função genérica" é aquilo que caracteriza um certo trabalho de análise capaz de conduzir o sujeito a se alterizar, saindo das repetições e enroscos que podem ser posicionados na leitura do vínculo que o dispositivo da transferência permite entrever, porém, rearticulados pela "posição camaradagem", saindo do campo da subserviência para o campo da solidariedade. Esse feito pode produzir, em sessão, apropriações menos gozosas em relação ao sintoma e mais sustentadas pelo desejo de se alterizar na diferença, uma posição capaz de produzir uma ultrapassagem no processo de hiperindividualização generificada moderna/ pós-moderna, já que o efeito de "propriedade" nos processos de subjetivação, a partir da "posição camaradagem" do/a analista, pode ser questionado e a posição indivíduo-propriedade pode abrir-se para ser alterada pela relação sujeito-trabalho (exatamente a posição preconizada em uma análise). A "posição camaradagem" nesse sentido, estabelece laços que podem ser solidários à construção de um comum entre todos/as/es, singularizado no sujeito e não um "subjugado" a uma autoridade paterna transhistórica, inexorável ao mito de fundação da democracia neoliberal[3].

O ensaio de Jodi Dean nos apresenta a possibilidade de estarmos diante de um impasse, em psicanálise, quando não nos atentamos a formas diferentes de viver o laço social que não sejam familiares ou de amizade, advindas do campo das afinidades e outras querelas narcísicas. A camaradagem é um espaço de ultrapassagem do individualismo, e de expectativas de que o humano possa desejar e compor com algo que vá além das suas escolhas individuais e de semelhança. Esse tipo de horizonte é um horizonte solidário, que compõe com desejos de emancipação e retificação subjetiva.

A estrutura discursiva da camaradagem possibilite um outro lugar para a transferência na escuta de mulheres. Essa estruturação, produtora de uma *reciprocidade discursiva* advinda de um vínculo solidário a diferença, sem subjugá-la talvez possa abrir espaço, assim como abrimos com Bertha, no início da psicanálise, para a concepção de um novo sujeito, mais dialético, menos afeito as fetichizações que

[3] Nossa análise aqui leva em conta a discussão presente em Totem e Tabu (Freud, 1913) e suas reconsiderações realizadas por Pateman (1988).

o capital pode incutir em nossa racionalidade clínica. Tal possibilidade de leitura se ancora na noção de transferência horizontal (Zygouris, 2003), a partir da qual podemos entrever diferentes regimes de poder que se alterizam a partir de um comum, regulado pela autorização da construção de um saber e não de uma autoridade sobre um saber. É interessante verificar o quanto isso aponta para o questionamento de lugares de mestria, dissociando o saber da posição de mestre e o colocando do lado do trabalho, ou seja, do seu movimento de produção. A reciprocidade se dá nesse campo.

A transferência, portanto, quando colocada nesse campo de produção de um saber comum e compartilhado, que não submete o sujeito, mas sim, emancipa-o diante das violências sofridas, sem naturalizá-las, possibilita que se pense um horizonte político de uma análise que possa ser dissociado do conceito de propriedade, vinculando o sujeito com sua potência, existente no trabalho.

## Pés para pensar: localizações epistemológicas

Lacan (1958/1998) apresenta que a direção do tratamento em uma análise se dá a partir de três eixos: a tática, a estratégia e a política. Essa organização tem graus diferentes de liberdade para o/a analista, sendo a política o espaço de menor liberdade de atuação, dado que esta se constitui alinhada ao desejo do/a analisante e a felicidade entendida em sua perspectiva aristotélica. Trata-se de pensar essas perdas paulatinas de liberdade de atuação no trabalho atravessadas por um processo contínuo de maior relação com o outro. Da tática – nas intervenções e interpretações; à estratégia – recortada pela transferência; à política organizada pela estrutura social e suas condições de possibilidade vinculadas ao desejo emergente em análise. É a política que organiza o processo de análise e constitui seu horizonte final.

Essa noção de política não se estabelece em análise como horizonte individualizado, insularizado, dado que em análise não se trata do indivíduo, mas do processo de divisão que constitui a relação com a cultura, o trabalho e a linguagem, que tem como efeito o aparecimento do sujeito. Necessário entender que a perda de liberdade que Lacan estabelece no horizonte político da análise não deve ser

interpretado como uma forma de sujeição, mas sim a de um horizonte compartilhado com um comum que pode, ao produzir reconhecimento, permitir a singularização. Essa concepção sobre a forma política e o modo como ela atua na análise produz conceituações menos colonizadoras para se pensar a lei do pai – atravessada pela necessidade do estabelecimento de uma reciprocidade (Pellegrino, 1983, Bairrão, 2019), e sobre uma relação com o Outro e o desejo que possa permanecer fluida, a-generificada, desvinculada das posições de mestria. Nesse sentido, poderíamos, ao estabelecer tais condições epistêmicas, colocar algumas questões ao campo do trabalho em psicanálise como: (1) O que se espera de uma colega de trabalho "feminina"? (2) Essa expectativa supõe submissão e práticas reprodutivas de cuidado? (3) Espera-se que sua análise tenha a levado ao entendimento de sua condição de submissão? (4) Uma boa análise indicaria, então uma cena de uma cena de sujeição?

O sujeito da psicanálise é o sujeito do inconsciente e, como efeito do significante, não é redutível ao sujeito psicológico, social ou jurídico. Porém a cena em que o sujeito dividido emerge constitui também uma relação de trabalho, entre pessoas generificadas, racializadas e materialmente situadas (inclusive transferencialmente). Logo, falar de enfrentamento ao assédio e violência de gênero na psicanálise implica falar de parâmetros de formação, dispositivos de responsabilização, proteção institucional, significado de "fim de análise", enfim, problemas que são ao mesmo tempo clínicos, institucionais e políticos.

Há um trabalho concreto a ser feito: supervisões que incluam as condições materiais do caso e também as da analista, que é igualmente uma trabalhadora, e frequentemente precarizada, para quem a própria formação é um custo. Trabalho em rede, que a psicanálise praticada nos serviços públicos e nos territórios já realiza há muito tempo e que a clínica privada segue tratando como exceção ou concessão: encaminhar, articular, conversar com outras profissionais, reconhecer que uma análise não é o único lugar em que há tratamento. Condições de trabalho para analistas e analisantes que incluam mecanismos de responsabilização, mas também de seguridade fiscal, reconhecimento da atuação e algum amparo diante das interrupções (adoecimento, gestação, situação econômica etc.). Essas exigências, que podem

parecer administrativas em um texto sobre transferência, na verdade indicam a dialética da clínica. A cena analítica é, desde sempre, uma cena de trabalho e a divisão artificial entre o que é clínico e o que é exterior é mais uma versão da divisão entre o privado e o público que buscamos questionar.

Se o feminismo tem algo a oferecer à psicanálise que não seja apenas a leitura crítica de seus impasses, é isso: a possibilidade de reposicionar a própria clínica, mostrando que aquilo que tomamos por condição de possibilidade da escuta (a suspensão do mundo exterior, determinado tipo de transferência) é também uma forma de organização que pode ser modificada.

## Referências

ALTHUSSER, Louis. 2022. *Aparelhos ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Record. Publicado originalmente em 1970.

BAIRRÃO, José Francisco, 2019. “Máscaras do conservadorismo em psicanálise e possíveis antídotos”. In. *Rev. Clínica e Cultura*, vol. 8, n. 01, jan-jun. 2019.

BEAUVOIR, Simone de. 2019. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2 v. Publicado originalmente em 1949.

BENJAMIN, Walter. 2020. *Sobre o conceito de história: edição crítica*. São Paulo: Alameda. Publicado originalmente em 1940.

BREUER, Josef; FREUD, Sigmund. 2016. “Sobre o mecanismo psíquico dos fenômenos histéricos: comunicação preliminar”. In: FREUD, Sigmund. *Obras completas*, volume 2: estudos sobre a histeria (1893-1895). São Paulo: Companhia das Letras, p. 18-38.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. 1995. *Guardiães da ordem: uma viagem pelas práticas psi no Brasil do "milagre"*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor.

DEAN, Jodi. 2021. Camarada: um ensaio sobre pertencimento político. São Paulo: Boitempo.

ENGELS, Friedrich. 2019. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. São Paulo: Boitempo. Publicado originalmente em 1884.

FEDERICI, Silvia. 2023. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. 2. ed. rev. São Paulo: Elefante. Publicado originalmente em 2004.

FRASER, Nancy. 2018. "Do neoliberalismo progressista a Trump – e além". *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 17, n. 40, p. 43-64.

FREUD, Sigmund. "O tabu da virgindade (Contribuições à psicologia do amor III)" (1918 [1917]), Observações sobre um caso de neurose obsessiva ["O homem dos ratos"], uma recordação de infância de Leonardo da Vinci e outros textos (1909-1910). São Paulo: Companhia das Letras. (Obras completas, v. 9).

FREUD, Sigmund. 2011. "O problema econômico do masoquismo" (1924). *O Eu e o Id, "Autobiografia" e outros textos (1923-1925)*. São Paulo: Companhia das Letras (*Obras completas*, v. 16).

FREUD, Sigmund. 2011. "A negação" (1925). *O Eu e o Id, "Autobiografia" e outros textos (1923-1925)*. São Paulo: Companhia das Letras. (*Obras completas*, v. 16).

FREUD, Sigmund. 2010. "A feminilidade" (1933). O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930-1936). São Paulo: Companhia das Letras, p. 263-293. (Obras completas, v. 18).

GRAMSCI, Antonio. 2024. *Cadernos do cárcere, volume 1: introdução ao estudo da filosofia; a filosofia de Benedetto Croce*. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Escrito originalmente em 1932-1933.

HARAWAY, Donna. 1995. "Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial". *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 5, p. 7-41. Publicado originalmente em 1988.

JACOB, Alessandra. 2026. *O Feminino destinado ao Passivo: a crítica feminista e a clínica psicanalítica*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Educação Sexual, Unesp.

LACAN, Jacques. 1998. "A direção do tratamento e os princípios do seu poder", *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Publicado originalmente em 1958.

_____. 1988. O seminário, livro 7: a ética da psicanálise (1959-1960). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

_____. 2008. O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise (1964). 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

_____. 1985. *O seminário, livro 20: mais, ainda (1972-1973)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

_____. 2007. *O seminário, livro 23: o sinthoma (1975-1976*). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

MARTINS, Flávia Ripoli. 2023. Histórias da margem: lésbicas, gays e os primeiros psicanalistas. São Paulo: Blucher.

OBEYESEKERE, G. 1996. The Work of culture: symbolic transformation in psychoanalysis and anthropology. Chicago: University of Chicago Press.

OLIVEIRA, Carmen Lucia 2002. "A historiografia sobre o movimento psicanalítico no Brasil". In. *Rev. de Psicopatologia Fundamental*, vol. 3, pp. 144-153, set/2002

PACHUKANIS, Evguiéni B. 2017. *Teoria geral do direito e marxismo*. São Paulo: Boitempo. Publicado originalmente em 1924.

PARDINI, Raquel Jardim. 2011. *A linguagem em cena no nascimento da psicanálise: a heterogeneidade discursiva no caso Anna O*., Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

PELLEGRINO, Hélio. 1982. "Análise da instituição psicanalítica: um caso clínico". In: CERQUEIRA FILHO, Gisálio (org.). *Crise na psicanálise*. Rio de Janeiro: Graal.

_____. 1983. "Pacto Edípico, pacto social". In: *Grupo sobre grupo*. Rio de Janeiro: Rocco.

POLITZER, Georges. 2022. *Crítica dos fundamentos da psicologia e outros escritos*. São Paulo: LavraPalavra. Publicado originalmente em 1928.

RUBIN, Gayle. 2017. "O tráfico de mulheres: notas sobre a 'economia política' do sexo". *Políticas do sexo*. São Paulo: Ubu. Publicado originalmente em 1975.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. 2013. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular. Publicado originalmente em 1969.

SEGATO, Rita Laura. 2025. *As estruturas elementares da violência*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo. Publicado originalmente em 2003.

TV 247. Tech Talk: Me too da psicanálise. Youtube, 17 mar. 2026. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=PQJ4Gpt-T9I. Acesso em: 2 jul. 2026

TV 247. Casa das Manas: Me Too da psicanálise. Youtube, 27 jun. 2026. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=OIa5_ICCUbI. Acesso em: 2 jul. 2026

ZYGOURIS, Radmila. 2003. *O vínculo inédito*. São Paulo: Escuta.